

DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro – Anexo I]

António Augusto Rodrigues Nogueira, com o Cartão Cidadão n.º 04354432, residente em Urbanização das Pimenteiras, Lote 19, n.º 271, 2415-767 Leiria, e **Célia Maria Marques de Almeida Nogueira**, com o Cartão do Cidadão n.º 07306218, residente em Travessa do Sampaio - Marrazes – 2415-538 Leiria, na qualidade de representantes legais da firma **PLASGAL – Produção de Embalagens, Lda**, c/ sede em Estrada Nacional 242, Carreira D'Água, Barosa, 2400-016 LEIRIA, Contribuinte e Mat.C.R.C.Leiria n.º 500219419, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do **Consulta Prévia 2022/300.10.005/181 – Aquisição de Sacos Plásticos para Stock** e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declaram sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declaram aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

a) Proposta n.º **OR22E/27**

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Barosa, 10 de Março de 2022

PLASGAL - Produção de Embalagens, Lda.

A GERÊNCIA

